



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Parecer nº 04/2020/CTOC/CNRH

Assunto: Proposta de Moção que *‘Recomenda ao Ministério da Economia que nas peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal e nas normas regulamentares observe a inclusão das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos dentre as despesas que não são objeto de limitação de empenho.*

Introdução

Nos termos das competências de “acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o inciso II do §1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos” e “analisar e emitir parecer sobre o relatório encaminhado pela Agência Nacional de Águas referente à aplicação dos recursos oriundos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para geração de energia elétrica” (alíneas ‘b’ e ‘e’ do inciso III do art. 9º do Decreto 10.000/2019), a CTOC/CNRH, na sua 3ª reunião ocorrida no dia 24 de junho de 2020, iniciou a análise dos ‘Relatórios anuais sobre a aplicação, pela Agência Nacional de Águas, dos recursos provenientes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH - inciso II, § 1º, Art. 17 da Lei nº 9.648/1998), exercícios 2018 e 2019’.

Síntese das discussões técnicas

Durante as análises, a CTOC/CNRH tomou conhecimento sobre dificuldades no processo orçamentário da União para que os recursos da Fonte 183 seja integralmente destinados à aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433/1997, conforme disciplina o art. 17 da Lei nº 9.648/1998, com redação dada pela Lei nº 9.984/2000.

Constatou-se que as propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhadas pelo poder executivo federal ao Congresso Nacional vêm deixando de contemplar a Fonte 183 dentre aquelas que não serão objeto de limitação de empenho. Assim, exige-se intensa atuação e articulações dos entes do SINGREH junto aos parlamentares para fazer constar esta Fonte na lista das despesas que não serão objeto de limitação de empenho quando a proposta do poder executivo federal é transformada em Lei.

Abaixo ilustra-se o ocorrido nas propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios 2020 e 2021:

LDO 2020

Proposta do Poder Executivo PL nº 5/2019-CN (MSG nº 0128/2019-Origem)¹

Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União.

Seção I - Despesas Primárias Obrigatórias

44. Despesas relativas à aplicação das receitas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, a que se referem os incisos I, III e V do art. 12 da Lei nº 9.433, de 08/01/1997 (Lei nº 10.881, de 09/06/2004);

Transformação em Lei Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Seção I - Despesas Primárias Obrigatórias e Demais Ressalvadas do Contingenciamento

44. Despesas relativas à aplicação das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a que se referem os incisos I, III, IV e V do art. 12 da Lei nº 9.433, de 08/01/1997 (Lei nº 10.881, de 09/06/2004, e Decreto nº 7.402, de 22/12/2010).

Observa-se que somente após trânsito no Congresso Nacional que o inciso IV do art. 12 da Lei nº 9.433/1997 (origem da Fonte 183) passou a constar dentre aqueles que não seriam objeto de limitação de empenho.

LDO 2021

Proposta do Poder Executivo - PL nº 9/2020-CN (MSG nº 0179/2020-Origem)²

Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Seção I - Despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União.

XLIV - Despesas relativas à aplicação das receitas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, a que se referem os incisos I, III e V do art. 12 da Lei nº 9.433, de 08/01/1997 (Lei nº 10.881, de 09/06/2004).

¹ <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo/2020/tramitacao/proposta-do-poder-executivo>

² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo/2021/tramitacao/proposta-do-poder-executivo>.

Desta forma, CTOC/CNRH encaminhou, por unanimidade, em propor ao Plenário do CNRH minuta de moção para reiterar o seu posicionamento já disposto nas seguintes Moções do CNRH:

MOÇÃO No 66, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015 - *Recomenda ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que sejam mantidos o não contingenciamento dos recursos da cobrança, previstos na lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, e a fonte de recursos 183 (Pagamento pelo uso dos recursos hídricos) que compõem a Lei Orçamentária Anual e são essenciais para o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.*

MOÇÃO No 53, DE 10 DE JUNHO DE 2010 - *Recomenda a edição de Medida Provisória que visa assegurar o repasse integral dos recursos correspondentes aos setenta e cinco centésimos por cento da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH.*

MOÇÃO No 26, DE 26 DE MARÇO DE 2004 - *Solicita providências relativas ao não contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.*

MOÇÃO No 20, DE 26 DE JUNHO DE 2003.

Conclusão

A CTOC/CNRH, tendo em vista a sua competência para “acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o inciso II do §1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos”, conclui favoravelmente por encaminhar ao Plenário do CNRH minuta de moção dirigida ao Ministério da Economia para que nas peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal e nas normas regulamentares observe a inclusão das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos dentre as despesas que não são objeto de limitação de empenho.

Encaminhamento

Encaminha-se este Parecer à Secretaria Executiva do CNRH, recomendando que, previamente ao Plenário do CNRH, a matéria seja objeto de análise da CTAL/CNRH, para, conforme disposto no Decreto nº 10.000/19, “analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”.

Em 23 de julho de 2020.

PORFÍRIO CATÃO CARTAXO LOUREIRO
Presidente da CTOC/CNRH

MINUTA DE MOÇÃO

Recomenda ao Ministério da Economia que nas peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal e nas normas regulamentares observe a inclusão das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos dentre as despesas que não são objeto de limitação de empenho.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, em especial o disposto no seu inciso VII do art. 1º e na alínea ‘b’ do inciso III do art. 9º, e tendo em vista o Processo nº xxxx, resolve:

Considerando a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;

Considerando o Decreto nº 7.402, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico, e que preconiza que; “a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, constitui cobrança pelo uso de recursos hídricos, prevista no inciso IV do art. 5º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”;

Considerando o posicionamento desse CNRH já esposado nas Moções nº 66/2015; 53/2010; 26/2004 e 20/2003, resolve:

Recomendar ao Ministério da Economia que nas peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal e nas normas regulamentares observe a inclusão das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos, à que se referem os incisos I, III, IV e V do art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, dentre as despesas que não são objeto de limitação de empenho, pois são, nos termos legais, obrigatórias para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.